

VIOLÊNCIA

Pedro Turra é denunciado por homicídio doloso

Ministério Público sustenta que ex-piloto assumiu o risco de matar ao agredir Rodrigo Castanheira com socos na cabeça e solicita reparação por danos morais causados à família da vítima no valor de R\$ 400 mil

» PAULO GONTIJO
» CARLOS SILVA

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ofereceu denúncia contra o ex-piloto de Fórmula Delta Pedro Arthur Turra Basso, de 19 anos, por homicídio doloso (com intenção) pela morte do adolescente Rodrigo Castanheira, de 16 anos. Segundo o documento ao qual o Correio teve acesso a alguns trechos, o investigado assumiu o risco de matar ao desferir uma sequência de agressões violentas no rosto e na cabeça de Rodrigo Castanheira, de 16 anos, na saída de uma festa em Vicente Pires.

A denúncia foi protocolada após a conclusão do inquérito policial conduzido pela 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires) e se baseia em vídeos, laudos médicos, depoimentos de testemunhas e no histórico de conduta do acusado. O caso ganhou ampla repercussão no Distrito Federal e mobilizou a sociedade ao longo de mais de duas semanas, período em que Rodrigo permaneceu internado em estado gravíssimo na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Brasília de Águas Claras, até a confirmação da morte cerebral em 7 de fevereiro.

A acusação foi apresentada por um promotor de Justiça que atua perante o Tribunal do Júri de Ceilândia designado para o caso pela 1ª Promotoria Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras. A denúncia foi ajuizada na tarde de ontem e tramitará sob o rito dos crimes dolosos contra a vida.

O integrante do MPDFT responsável pela peça acusatória acompanhou o entendimento do promotor que atua na Promotoria Criminal de Taguatinga, que apontou a ocorrência de homicídio doloso, ao menos na modalidade de dolo eventual, quando não há intenção direta de matar, mas o agente assume o risco de produzir o resultado morte. O processo corre sob sigredo de Justiça.

Para o advogado criminalista Gabriel Vicente, o homicídio qualificado é considerado mais grave. “É um crime de maior gravidade, principalmente pela repulsa que gera na sociedade como um todo. Sua pena mínima ultrapassa 10 anos de prisão e, por ter sido considerado fútil, o Ministério Público deverá demonstrar o caráter desproporcional da conduta realizada pelo denunciado”, explicou.

Com o oferecimento da denúncia, caberá ao juiz decidir se a recebe ou não. Caso seja aceita, terá início a fase de instrução processual, com produção de provas pelas partes, depoimento de testemunhas e interrogatório do réu. Ao final, o magistrado decidirá se o acusado será submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. O Ministério Público também requereu a fixação de indenização mínima de R\$ 400 mil por danos morais à família da vítima.

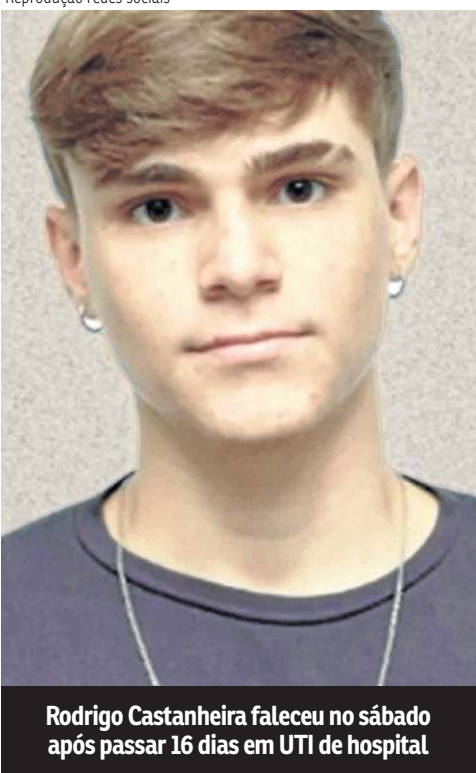
O advogado da família da vítima afirma que a atuação da assistência de acusação tem sido conduzida com rigor técnico e respeito ao devido processo legal, com o objetivo de esclarecer integralmente os fatos. Segundo ele, há indícios que justificam a ampliação da investigação para apurar a eventual participação de outras pessoas.

Reprodução



Imagem de vídeo da briga entre Pedro Turra e Rodrigo Castanheira, na saída de uma festa, em Vicente Pires

Reprodução redes sociais



Rodrigo Castanheira faleceu no sábado após passar 16 dias em UTI de hospital

Reprodução redes sociais



Pedro está preso na Papuda, em cela individual, desde 2 de fevereiro

Ed Alves/CB/D.A Press



Flávio Fleury, tio de Rodrigo: "É uma dor profunda que não vai passar"

intracraniano, o adolescente permaneceu em coma, entubado e sob ventilação mecânica. Durante o período de internação, sofreu uma parada cardíaca e ficou cerca de 12 minutos sem batimentos antes de ser reanimado. Os boletins médicos apontaram lesões neurológicas extensas e progressivas, indicando um quadro de extrema gravidade.

Com a confirmação da morte cerebral, em 7 de fevereiro, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) remeteu o inquérito da Promotoria Criminal de Taguatinga para a 1ª Promotoria Criminal e do Júri de Águas Claras. O entendimento é de que, ao menos em tese, há indícios de dolo eventual, quando o agente assume o risco de provocar a morte, ainda que não tenha a intenção direta de matar. O caso segue sob apreciação do Tribunal do Júri.

O advogado da família, Albert Halex, afirmou que o prontuário médico “indica ausência de relação entre a causa do falecimento e o veículo mencionado” e sustenta que “o soco desferido pelo agressor apresentou impacto de altíssima intensidade, com força considerada descomunal”. A declaração foi dada em meio às discussões sobre a dinâmica das lesões e a responsabilidade direta pela morte. Segundo a defesa da família, Rodrigo “morreu várias vezes” ao longo dos dias de internação, em referência às sucessivas intercorrências clínicas que abalaram familiares e amigos até a confirmação da morte cerebral.

Comção

A luta do adolescente pela vida mobilizou familiares, colegas, professores e até desconhecidos. Vigílias foram organizadas em Águas Claras, e campanhas de doação de sangue circularam pelas redes sociais. Em um dos atos, mais de 200 pessoas se reuniram em frente ao hospital em um gesto coletivo de apoio.

Pessoas próximas à família relataram uma rotina marcada por esperança e frustração a cada boletim médico. A confirmação do quadro irreversível trouxe uma dor descrita como permanente.

Ontem, o tio de Rodrigo, Flávio Fleury, resumiu o sentimento da família: “Dói. É uma dor profunda que não vai passar. É uma dor que dilacera”.

O sepultamento ocorreu sob forte comção. Escolas e instituições divulgaram notas destacando a personalidade carismática e afetuosos do jovem, lembrado por amigos como alguém alegre e querido.

Debate

O caso também reacendeu discussões sobre a escalada de violência entre jovens, a cultura de confrontos motivados por desentendimentos banais e a exposição de agressões em vídeos compartilhados nas redes sociais. Especialistas ouvidos ao longo da repercussão apontam que a combinação de impulsividade, busca por reconhecimento e sensação de impunidade pode contribuir para episódios de extrema violência.

A Polícia Civil segue apurando as circunstâncias do crime e a participação dos demais envolvidos.

Procurada, a família de Pedro Turra não se manifestou até o fechamento desta edição.

Justiça

“Há elementos que apontam para a necessidade de aprofundar a apuração sobre comunicações anteriores e posteriores aos fatos, inclusive quanto à possível tentativa de alinhamento de versões. Por essa razão, já foi requerida a quebra de sigilo telefônico, telemático e de dados de localização, para análise técnica das circunstâncias do ocorrido”, afirmou.

De acordo com o advogado, essas pessoas figuram, neste momento, como testemunhas no processo. “O compromisso da família é com a verdade dos fatos e com a efetiva aplicação da Justiça. A investigação deve avançar até o completo esclarecimento do ocorrido, para que cada conduta seja analisada com precisão e os responsáveis sejam responsabilizados na medida de sua atuação”, concluiu.

O habeas corpus em que a defesa de Turra pede liberdade será julgado hoje pela 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O ex-piloto está preso preventivamente desde 30 de janeiro. Em 2 de fevereiro a defesa do acusado entrou com um pedido de habeas corpus, sobre o qual o desembargador Diaulas Costa Ribeiro, negou a primeira soltura.

Para o magistrado, o vídeo que instrui os autos “demonstra violência contundente, desproporcional e absolutamente incompatível com qualquer padrão mínimo de convivência civilizada”.

Agora o colegiado do tribunal vai julgar vai julgar o pedido apresentado pela defesa. A análise

ocorre em paralelo ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, que formaliza a acusação e abre caminho para a fase judicial do processo.

De acordo com a defesa da família, a expectativa é de que todos que estavam presentes durante a briga que resultou na internação e morte do adolescente sejam responsabilizados judicialmente conforme a gravidade dos fatos.

Crime

Rodrigo Castanheira foi agredido por Pedro Turra na madrugada de 23 de janeiro, na saída de uma festa em Vicente Pires. Ainda na manhã do mesmo dia, o ex-piloto foi preso em flagrante, mas acabou solto após pagar fiança de R\$ 24,3 mil.